

Nº 416 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, FRANCISCA DE SOUSA FIGUEIREDO, matrícula nº 261492, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Pleno, AP-03, da Primeira Vice-Presidência, a partir de 02/02/2017.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.001577/2017-39, resolve:

Nº 422 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, NARA JÚLIA LOPES SANTANA, matrícula nº 317515, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Júnior, AP-09, do Gabinete do Senador José Maranhão, a partir de 01/02/2017.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

PORTARIAS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, resolve:

Nº 432 - exonerar KAYQUE ANTUNES MACÊDO, matrícula nº 263671, do cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Sênior, AP-04, do Gabinete do Senador José Pimentel, e nomeá-lo para o cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, da Primeira-Secretaria.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, resolve:

Nº 433 - exonerar VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO, matrícula nº 251620, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, do Gabinete do Senador José Pimentel, e nomeá-lo para ocupar o mesmo cargo da Primeira-Secretaria.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, resolve:

Nº 434 - exonerar RAIMUNDA RIPARDO BARRETO, matrícula nº 237556, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, do Gabinete do Senador José Pimentel, e nomeá-la para ocupar o mesmo cargo da Primeira-Secretaria.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, resolve:

Nº 435 - exonerar LESLEY GOMES ISHII, matrícula nº 307005, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Júnior, AP-09, da Primeira Vice-Presidência, e nomeá-lo para ocupar o mesmo cargo da Primeira-Secretaria.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, resolve:

Nº 436 - exonerar OLÍMPIO ANTÔNIO BRASIL CRUZ, matrícula nº 150347, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Sênior, A P-12, da Primeira Vice-Presidência, e nomeá-lo para ocupar o mesmo cargo do Primeira-Secretaria.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, resolve:

Nº 440 - exonerar ELISÂNGELA MARIA PONTES DE SOUZA, matrícula nº 148493, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Júnior, AP-09, da Primeira Vice-Presidência, e nomeá-la para ocupar o mesmo cargo da Primeira-Secretaria.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, resolve:

Nº 441 - exonerar VALDIRENE SALES PORTO, matrícula nº 178928, do cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, do Gabinete do Senador José Pimentel, e nomeá-la para ocupar o mesmo cargo da Primeira-Secretaria.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 31, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no que consta do processo nº 1014/2017, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no art. 3º, inc. I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens dos arts. 13, 14, § 5º, 15, inc. II, e 18, § 2º, todos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, nas redações dadas pela Lei nº 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e pela Lei nº 13.317, de 20 de julho de 2016, dos arts. 61, inc. III, e 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do art. 62 da Lei nº 8.112/1990, regulamentado pelo art. 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, observado ainda o disposto no § 1º do art. 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

PORTARIA Nº 32, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Exonerar KELLY TATIANA DOS SANTOS FILIPETO do cargo em comissão de Assessor I, nível CJ-1, do Gabinete do Secretário de Documentação.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 21, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990, resolve,

por solicitação do Ministro Edson Fachin:
Designar CARLA VANESSA ABREU DO LAGO JARDIM para exercer a função comissionada de Assistente III, nível FC-03, em seu Gabinete.

ANDRÉIA MARTINS DE AQUINO DOURADO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 10, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 6º, XXVIII, do Regimento Interno deste Conselho, resolve designar MARCELO MESQUITA SILVA, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Parnaíba - Piauí, para exercer as atribuições de Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, a partir de 6 de fevereiro de 2017.

MIN. CÁRMEN LÚCIA

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 43, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições conferidas pela alínea "d" do inciso XI do artigo 3º da Portaria nº 112/2010 e com base no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

I - Dispensar CELINA RIBEIRO COELHO DE MORAES, Analista Judiciária, Área Judiciária, do quadro de pessoal deste Conselho, da função de confiança de Assistente VI, nível FC-6, de Gabinete de Conselheiro.

II - Designar CELINA RIBEIRO COELHO DE MORAES, Analista Judiciária, Área Judiciária, do quadro de pessoal deste Conselho, para exercer a função de confiança de Supervisor, nível FC-6, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 39, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do caput do art. 38 da Lei nº 8.112/90 e da alínea "d" do inciso XI do art. 3º da Portaria nº 112/2010, resolve designar ELISA BARROS HORSTH, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Conselho, como substituta do Chefe da Seção de Licitações, nível FC-6, no período de 6 a 25/2/2017.

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 83, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no Procedimento Administrativo SEI no2017.00.000000201-0, resolve autorizar a cessão da servidora CARLA VANESSA ABREU DO LAGO JARDIM, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, ora removida para este Tribunal, para exercer função comissionada de Assistente III, nível FC-03, no Supremo Tribunal Federal.

Min. GILMAR MENDES

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 42, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 1203/2017, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor Moisés Silva Couto, matrícula S025881, no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, classe C, padrão 13, do quadro de pessoal do Tribunal, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, e do art. 15, III, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e n. 13.317, de 20 de julho de 2016.

Min. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 43, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 1715/2017, resolve:

Conceder aposentadoria à servidora Elizabete Maria dos Santos, matrícula S025474, no cargo de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado - Telecomunicações e Eletricidade, classe C, padrão 13, do quadro de pessoal do Tribunal, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, e do art. 15, III, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e n. 13.317, de 20 de julho de 2016.

Min. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 44, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ n. 31.729/2015, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 19 de janeiro de 2018, a cessão do servidor ALEXANDRE SOUZA CASTRO, matrícula S041887, para continuar exercendo a função de confiança de Chefe da Seção de Acompanhamento das Decisões, nível FC-6, no Conselho Nacional de Justiça.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 45, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ 021280/2016, resolve:

Art. 1º Conceder, com efeitos a partir de 22 de setembro de 2016, pensão estatutária a ANTÔNIO RAYMUNDO OLIVEIRA E SILVA, filho do Ministro Adhemar Raymundo da Silva, fundamentada no art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c os arts. 215, 217, II, a, 218 e 219 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, redação original.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIN. LAURITA VAZ

PORTARIA Nº 46, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 2.238/2017, resolve: